

## **AUTISMO E ESCUTA ATIVA: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA COMBATER O PRECONCEITO NO ENSINO FUNDAMENTAL**

Marília Maria de Abreu Vieira <sup>1</sup>  
Izabelly Freitas de Oliveira <sup>2</sup>  
José Olímpio Ferreira Neto <sup>3</sup>

### **RESUMO**

O presente estudo discute a inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto educacional brasileiro, que é marcado por desigualdades e desafios estruturais. A pesquisa aborda a necessidade de superar a simples garantia de acesso à escola, focando na importância de repensar práticas pedagógicas para promover um ensino de qualidade e verdadeiramente inclusivo. O Transtorno do Espectro Autista é uma condição de neurodesenvolvimento que afeta a comunicação e as interações sociais, e o processo de aprendizagem escolar se torna ainda mais desafiador sem ações significativas para a inclusão. Para romper com essa lógica, o trabalho se fundamenta em um referencial teórico-metodológico crítico e inspirado na abordagem freireana, que prioriza a escuta e a construção coletiva do conhecimento. A metodologia consistiu em uma intervenção pedagógica qualitativa, realizada com uma turma do 7º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública em Fortaleza, Ceará. A intervenção utilizou a técnica da roda de conversa a partir do repolho reflexivo, uma estratégia que emprega frases provocativas sobre o autismo como ponto de diálogo, a reflexão crítica e o combate ao capacitismo. Os dados foram coletados por meio de observação participante e diário de campo e analisados em três categorias: repercussões práticas, transformações conceituais e proposições dos estudantes para uma cultura escolar mais inclusiva. Diante do contexto mencionado, foi concebida a seguinte questão: Como promover uma educação anticapacitista na escola? A partir dessa indagação, o presente trabalho tem como objetivo apresentar uma proposta pedagógica que contribua para o combate ao preconceito contra estudantes com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Fundamental, por meio de uma intervenção baseada no diálogo, na escuta ativa e na perspectiva freireana de inclusão. Os resultados evidenciaram que a abordagem pedagógica proposta despertou nos estudantes e se tornaram agentes de transformação social e promover atitudes mais inclusivas.

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Ceará - UFC, [mariliaabreuveira@alu.ufc.br](mailto:mariliaabreuveira@alu.ufc.br);

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Ceará - UFC, [izabellyfreitas@alu.ufc.br](mailto:izabellyfreitas@alu.ufc.br);

<sup>3</sup> Doutorado do Curso de Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Franciscana, [j.olimpio@ufn.edu.br](mailto:j.olimpio@ufn.edu.br).





**Palavras-chave:** Inclusão escolar, Autismo, Diálogo, Educação, Intervenção pedagógica.

## INTRODUÇÃO

No atual cenário educacional brasileiro, marcado por desigualdades históricas, desafios estruturais e múltiplas formas de exclusão, o debate sobre inclusão escolar torna-se cada vez mais necessário e urgente (Brasil, 2008; Unesco, 2020). Entre os diversos aspectos que compõem esse debate, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) destaca-se pela complexidade de suas manifestações e pelas frequentes barreiras atitudinais enfrentadas pelos sujeitos autistas no espaço escolar (Oliveira; Schmidt, 2016). Ainda hoje, o autismo é cercado de desinformação, estigmas e preconceitos, que muitas vezes são reproduzidos de forma inconsciente por estudantes, docentes e gestores.

Diante do contexto mencionado, foi concebida a seguinte questão: Como promover uma educação anticapacitista na escola? A partir dessa indagação, o presente trabalho tem como objetivo apresentar uma proposta pedagógica que contribua para o combate ao preconceito contra estudantes com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Fundamental, por meio de uma intervenção baseada no diálogo, na escuta ativa e na perspectiva freireana de inclusão.

A escola pública precisa se consolidar como um espaço de acolhimento, respeito e escuta ativa, onde as diferenças não sejam apenas toleradas, mas compreendidas em sua riqueza e complexidade (Mantoan, 2003). Tal concepção está presente nos princípios do Documento Curricular Referencial de Fortaleza (DCRFor), que propõe uma educação inclusiva, participativa, situada e crítica, pautada no compromisso com a formação integral dos sujeitos e com a justiça social (Fortaleza, 2024). Para além do acesso físico à escola, o DCRFor reforça a necessidade de garantir aos estudantes com deficiência, como aqueles com TEA, a permanência e o aprendizado em contextos que respeitem suas singularidades e potencialidades.

O TEA, segundo a Associação Americana de Psiquiatria (APA, 2014), é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por desafios na comunicação e interação social, além de padrões repetitivos e restritivos de comportamento. No entanto, pensar o autismo apenas sob a ótica clínica e diagnóstica é insuficiente. É preciso avançar para uma concepção educacional que reconheça a neurodiversidade como expressão legítima da condição humana





(Singer, 1999), compreendendo o sujeito autista não como alguém a ser “normalizado”, mas como alguém a ser acolhido em sua totalidade.

A proposta de inclusão, portanto, passa pela reconstrução de práticas pedagógicas que desafiem os modelos tradicionais, promovendo uma escola capaz de dialogar com os diferentes modos de ser, pensar e aprender. Nesse contexto, os aportes de Paulo Freire (1996) tornam-se fundamentais ao apontar que o ato de educar é, antes de tudo, um ato de escuta, diálogo e respeito ao outro. Segundo o autor, a prática docente precisa ser afetiva e libertadora, permitindo que os sujeitos sejam compreendidos em sua complexidade histórica e social.

Outro referencial importante para a compreensão desta experiência é a Teoria da Aprendizagem Significativa, proposta por Ausubel (2003) e adaptada ao contexto brasileiro por autores como Moreira e Masini (2006). De acordo com essa teoria, o aprendizado ocorre de forma mais eficaz quando novos conhecimentos são ancorados nos saberes prévios dos estudantes e em situações reais, vividas ou compreensíveis no seu cotidiano. No caso da atividade desenvolvida, a roda de conversa sobre o autismo se constituiu como um espaço potente de construção de sentidos, uma vez que partiu da realidade concreta dos alunos e promoveu a articulação entre vivência, conhecimento e afeto.

A intervenção aqui analisada tem como ponto de partida a concepção de que a inclusão não se resume a adaptações curriculares ou acessibilidade física. Trata-se, antes, da construção de uma cultura escolar inclusiva, na qual todos os sujeitos sejam reconhecidos como capazes de aprender e contribuir para a vida coletiva da escola (Carvalho, 2008). Isso implica o combate a todas as formas de discriminação, especialmente as baseadas na deficiência, e a promoção de valores como solidariedade, respeito, empatia e cooperação. A construção desse *ethos* inclusivo exige formação docente continuada, revisão de práticas e abertura para o diálogo intersetorial com as áreas da saúde, assistência social e famílias (Brasil, 2015).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (Brasil, 2013) e o próprio DCRFor (Fortaleza, 2024) apontam a necessidade de que a escola promova uma formação integral dos sujeitos, o que implica o desenvolvimento de habilidades cognitivas, socioemocionais e éticas. Nessa perspectiva, a abordagem do autismo no ambiente escolar não deve restringir-se ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), mas sim constituir-se como tema transversal, trabalhado em diferentes componentes curriculares e situações pedagógicas.





O presente artigo, portanto, tem uma justificativa política, social e acadêmica, pois colabora para o entendimento de que a escola, ao assumir o compromisso com uma educação inclusiva, precisa investir em práticas pedagógicas que articulem conhecimento científico, escuta sensível e engajamento coletivo, favorecendo o desenvolvimento de sujeitos autônomos, solidários e preparados para atuar em uma sociedade plural e diversa. Nesse sentido, também apresenta uma justificativa pedagógica, pois sua discussão analisa, com base no referencial apresentado, uma proposta de intervenção pedagógica que buscou sensibilizar estudantes do Ensino Fundamental para o respeito e a valorização das pessoas com TEA, por meio de uma atividade dialógica centrada no debate coletivo, no acolhimento das diferenças e na construção de sentidos compartilhados.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa, de caráter qualitativo e interventivo, foi desenvolvida em uma escola pública da rede municipal de Fortaleza, Ceará, com uma turma do 7º ano do Ensino Fundamental II. A pesquisa assumiu a forma de uma intervenção pedagógica planejada, executada e avaliada com base em categorias analíticas derivadas da observação participante e da análise interpretativa de dados qualitativos. O ambiente escolar apresentava forte diversidade étnico-racial, cultural e socioeconômica. Muitos alunos vivenciavam situações de vulnerabilidade social, o que reforça a necessidade de ações pedagógicas que promovam o respeito mútuo, a escuta e a valorização das diferenças. A escola contava com Atendimento Educacional Especializado (AEE), mas ainda apresentava dificuldades na integração efetiva de estudantes com deficiência, o que motivou a escolha do tema da intervenção: o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A atividade desenvolvida seguiu os pressupostos da mediação pedagógica freiriana, priorizando o diálogo, o respeito às múltiplas formas de expressão e o estímulo à construção coletiva do conhecimento. A proposta metodológica envolveu uma roda de conversa a partir da técnica do “repolho reflexivo”, estratégia que utiliza frases reflexivas envoltas em camadas de papel. Cada frase provocativa era lida e discutida coletivamente, promovendo um espaço de escuta ativa e reflexão crítica entre os estudantes. As mensagens continham questões como: “Toda pessoa com autismo é igual?”, “É certo usar ‘autista’ como xingamento?”, “O que é inclusão escolar de verdade?”, entre outras. As frases foram elaboradas com base em documentos oficiais e literatura especializada, de modo a problematizar a naturalização do capacitismo e incentivar a construção de um olhar ético, sensível e crítico sobre a diversidade.





Durante a mediação, priorizou-se uma postura horizontal e dialógica, na qual os próprios estudantes eram incentivados a se escutarem mutuamente, confrontarem ideias e elaborarem coletivamente novas compreensões. A escuta foi compreendida não apenas como ato receptivo, mas como posicionamento ético, político e pedagógico. As falas dos alunos foram registradas em diário de campo, bem como suas reações, posturas e interações durante a atividade. Além da observação participante, considerou-se também a percepção de professores e demais profissionais da escola sobre os efeitos da intervenção na dinâmica do grupo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do material empírico produziu três categorias: (1) representações prévias sobre o autismo; (2) transformações conceituais e discursivas; e (3) proposições dos estudantes para uma cultura escolar mais inclusiva. A escolha, por uma metodologia qualitativa interpretativa, justifica-se pela natureza da problemática investigada, que envolve aspectos subjetivos, simbólicos e sociais, demandando aproximação com os sujeitos e compreensão do contexto. Este tipo de abordagem permite acessar não apenas o que os alunos pensam, mas como elaboram sentidos sobre a diferença, o preconceito e a convivência no espaço escolar. A metodologia adotada visa, portanto, não apenas à coleta de dados, mas à criação de espaços formativos que reafirmem a escola como lugar de escuta, construção coletiva e transformação social.

Na primeira categoria, as “representações prévias sobre o autismo”, observou-se que os estudantes, em sua maioria, possuíam um entendimento superficial e estereotipado do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essa percepção era influenciada por discursos capacitistas e pela falta de contato com informações precisas, o que contribuía para a naturalização do preconceito, um problema destacado por Singer (1999). Muitas das respostas iniciais refletiam a visão de que pessoas autistas são iguais, ignorando a ampla gama de manifestações e os diferentes níveis de apoio necessários, conforme destacado pela Classificação Internacional de Doenças (CID-11). A naturalização de discursos capacitistas e a reprodução de práticas discriminatórias eram evidentes, mostrando que, para muitos, o autismo era tratado como um tabu ou abordado de forma superficial e estereotipada, o que contribuiu para a exclusão simbólica.

A segunda categoria, de “transformações conceituais e discursivas”, evidenciou uma mudança significativa no entendimento dos estudantes após o diálogo mediado pela técnica







do “repolho reflexivo”. A roda de conversa, fundamentada na crença de que o diálogo é uma prática de liberdade e reconhecimento do outro (Freire, 1996), permitiu que os alunos confrontassem suas ideias prévias e construíssem coletivamente novas compreensões sobre o autismo. A escuta ativa e a problematização de discursos capacitistas, como o uso de “autista” como xingamento, incentivaram uma reflexão crítica, com base em documentos oficiais e literatura especializada. Isso levou os estudantes a perceberem a singularidade de cada pessoa e a questionarem o preconceito. A postura horizontal e dialógica da mediação foi crucial para essa transformação, incentivando os próprios estudantes a se escutarem mutuamente, confrontarem ideias e elaborarem novas compreensões de forma coletiva. A escuta foi compreendida não apenas como ato receptivo, mas como posicionamento ético, político e pedagógico, como propõe Rosenberg (2014).

Por fim, a terceira categoria, de “proposições dos estudantes para uma cultura escolar mais inclusiva”, mostrou que os alunos, após a intervenção, foram capazes de sugerir ações concretas para a escola. As propostas iam além de um simples acolhimento, englobando a criação de espaços mais respeitosos e a valorização das diferenças. Essa capacidade de propor soluções demonstra que a metodologia adotada não se limitou à coleta de dados, mas foi um espaço formativo que empoderou os estudantes a se tornarem agentes de transformação social na escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção pedagógica dialógica realizada neste estudo demonstrou ser uma abordagem eficaz para promover a reflexão sobre o autismo, combater estigmas e incentivar atitudes inclusivas em um ambiente escolar. Ao utilizar a roda de conversa e a técnica do “repolho reflexivo”, a pesquisa conseguiu criar um espaço de escuta ativa e construção coletiva do conhecimento, transformando a percepção estereotipada dos alunos sobre o Transtorno do Espectro Autista. Os resultados reforçam a importância de abordagens pedagógicas que vão além da mera transmissão de conteúdo, priorizando o diálogo, o respeito às múltiplas formas de expressão e a valorização das diferenças. A metodologia qualitativa e interpretativa adotada foi fundamental para acessar não apenas o que os alunos pensavam, mas como eles elaboravam sentidos sobre a diversidade, o preconceito e a convivência escolar.

Este estudo confirma que a educação inclusiva é um imperativo ético e pedagógico. Para que a inclusão seja efetiva, a escola precisa se tornar um lugar de escuta, construção





coletiva e transformação social. A formação de sujeitos capazes de dialogar com a diversidade e construir práticas comprometidas com os direitos humanos, a equidade e a justiça social é uma responsabilidade da escola contemporânea. A intervenção aqui descrita serve como um exemplo prático de como essas metas podem ser alcançadas por meio de práticas pedagógicas que desafiam o capacitismo e promovem o respeito mútuo em sala de aula. O trabalho demonstra que, ao promover um espaço de diálogo e reflexão, a escola pode combater a exclusão simbólica e a reprodução de práticas discriminatórias que ainda são comuns em relação ao autismo.

## AGRADECIMENTOS

Nosso agradecimento primordial se dirige ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), uma iniciativa de valor inestimável que nos proporcionou a oportunidade singular de imergir na prática docente e de desenvolver esta intervenção pedagógica sobre um tema de tamanha relevância social e histórica no ambiente escolar.

Manifestamos nossa sincera gratidão à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujo apoio financeiro e fomento contínuo à pesquisa e à formação de novos educadores são pilares essenciais para o aprimoramento da qualidade da educação brasileira e para a produção de conhecimento crítico e transformador.

Um agradecimento especial e irrestrito ao Mestre José Olímpio Ferreira Neto, por sua orientação precisa e constante. Sua expertise, as discussões enriquecedoras e o incentivo inabalável à pesquisa e à reflexão crítica foram cruciais para a estrutura metodológica e para a profundidade analítica alcançada neste estudo, sua mentoria foi um farol em todo o percurso.

Por fim, e com um reconhecimento que transcende o âmbito acadêmico, agradecemos ao Professor Dr. José Roberto Feitosa, coordenador do PIBID - Biologia. Sua liderança inspiradora, seu apoio incondicional e a criação de um ambiente acadêmico propício ao desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e impactantes foram decisivos para o sucesso e a ressonância da intervenção, sua dedicação e compromisso são uma inspiração para a formação de futuros educadores.

## REFERÊNCIAS

AUSUBEL, D. P. **Aquisição e retenção de conhecimentos**: uma perspectiva cognitiva. Lisboa: Plátano, 2003.





BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Brasília: MEC, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2015.

CARVALHO, R. E. A escola comum e a inclusão escolar. In: CARVALHO, R. E. (Org.). **Inclusão: o paradigma do século XXI**. 6. ed. São Paulo: Memnon, 2008. p. 55-78.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FORTALEZA. **Documento Curricular Referencial de Fortaleza: incluir, educar e transformar (DCRFor)**. Fortaleza: Secretaria Municipal da Educação, 2024.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MOREIRA, M. A.; MASINI, E. F. S. **Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel**. São Paulo: Centauro, 2006.

OLIVEIRA, T. P. de; SCHMIDT, A. **Educação inclusiva: o desafio da diferença**. Curitiba: Appris, 2016.

SINGER, J. **Why can't you be normal for once in your life?** From a 'problem with no name' to the emergence of a new category of difference. In: **DISABILITY DISCOURSE**. London: Open University Press, 1999. p. 59-67.

UNESCO. **Educação inclusiva: diretrizes para a implementação**. Brasília: UNESCO, 2020.

